

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.705 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2003



O presidente do Senado, José Sarney, conversa com o ex-presidente uruguaio (D) Júlio Maria Sanguinetti e o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, durante recepção oferecida em comemoração à posse de Néstor Kirchner na Presidência da Argentina. Sarney voltou de Buenos Aires no avião presidencial, em companhia de Lula e Marisa, Eduardo Duhalde e esposa (que vieram passar férias no Brasil) e o ministro das Cidades, Olívio Dutra.

Venda de publicações do Senado na Bienal do Rio bate recorde

O estande do Senado na IIª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro vendeu 4.680 volumes. A publicação mais procurada foi a *Coleção das Constituições Brasileiras* em oito volumes.

PÁGINA 6

Comissão avalia Lei de Responsabilidade Fiscal

Representantes de prefeitos participam de audiência pública na CAE para discutir efeitos da legislação que completa três anos de vigência

A Comissão de Assuntos Econômicos recebe hoje, às 11h, o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, e o coordenador temático da Frente

Nacional de Prefeitos, Marcelo Déda. Eles vão debater com os senadores os efeitos, nos municípios, de três anos de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PÁGINA 3



Subcomissão quer aprimorar assistência oferecida pelo Sistema Único de Saúde

Assistência farmacêutica será discutida hoje

PÁGINA 3



Senadores debatem educação, soberania e desenvolvimento da Amazônia

Vários senadores participaram ontem, em Plenário, de debates envolvendo a Amazônia. Mozarildo Cavalcanti defendeu emenda que garante recursos para o ensino superior na região. Papaléo Paes abordou a atuação do Basa e Serys Shlessarenko alertou para a questão da soberania amazônica.

PÁGINA 4



Roque de Sá

Arthur Virgílio acredita que governo federal precisa mais de ação e menos de marketing

Virgílio: Lula segue o modelo do "marketing"

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu "mais ação e menos marketing" do governo federal. O senador se referiu à viagem do presidente da República Lula da Silva ao Acre, na segunda semana deste mês, quando foi anunciado o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, na presença dos governadores da região. Para Arthur Virgílio, o evento não passou de uma visita do presidente Lula à área.

— O presidente, na verdade, ficou na intenção, pedindo um calendário e a elaboração de um programa de desenvolvimento da Amazônia. Ele seguiu à risca o modelo do mais moderno marketing — afirmou.

Enquadram-se na definição de "protocolo de intenções", ainda segundo o senador, o anúncio da criação de assentamentos florestais na Amazônia e de um modelo de reforma agrária específico, que vise preservar o meio ambiente e explorar racionalmente os recursos naturais típicos daqueles estados. Arthur Virgílio criticou também o anúncio da transformação do Banco da Amazônia em um instrumento de apoio ao desenvolvimento regional, "como se já não fosse essa a sua missão".

O programa de distribuição de cartões-alimentação em Guaribas e Acauã, cidades do interior do Piauí, também foi classificado por Arthur Virgílio como "marketing da generosidade do governo".

Eurípedes diz que governo resgata dívida com negros

Senador afirma que iniciativas adotadas pelo presidente Lula da Silva valorizam a história e a cultura afro-brasileiras no país

Ao saudar o Dia da África, ocorrido domingo passado, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) afirmou que várias iniciativas adotadas pelo governo Lula da Silva nos primeiros cinco meses de governo começam a resgatar a dívida da sociedade brasileira com os negros. Ele citou a mudança na Lei de Diretrizes Básicas da Educação, para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e da África.

Eurípedes Camargo lembrou que Lula escolheu para ministros de Estado três pessoas negras e indicou para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) o negro Joaquim Benedito Barbosa Gomes. Outra decisão foi o desmembramento, no Itamaraty, do Departamento de África e Orien-



Roosevelt Fimelino

Para Eurípedes Camargo, o mito da igualdade racial está superado

te e a criação de uma embaixada brasileira nas Ilhas de São Tomé e Príncipe, na costa ocidental da África.

O senador, também um afro-descendente, apoiou o mecanismo da reserva de vaga como forma de promover a ascensão dos negros, especialmente em esco-

las superiores. Ele observou que, dentro do assunto cotas, uma das grandes polêmicas é o critério para definir quem seria ou não negro. Eurípedes entende que esse reconhecimento cabe a cada pessoa, ao preencher algum tipo de formulário.

MITO

Depois de assinalar que "o mito da igualdade racial brasileira está há muito superado", Eurípedes Camargo lembrou que os afro-descendentes brasileiros somam 76,4 milhões de pessoas, que correspondem a 45% dos habitantes do Brasil.

— Somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás apenas da Nigéria — disse o senador.

Eurípedes Camargo destacou que, entre os 53 milhões de pobres do país, 64% são negros.

TV Senado debate criminalidade no país

O crescimento da criminalidade registrado em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro, foi tema do primeiro *Debate Brasil*, programa da TV Senado levado ao ar ontem à noite. Discutiram a questão o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luís Eduardo Soares; o ex-presidente da OAB Hermann Baeta; o presidente do Instituto Giovanni Falcone de Ciências Criminais, Walter Mayerovitch; o presidente da Comissão Nacional da Terra/CNBB, dom Tomás Balduino; o secretário especial adjunto dos Direitos Humanos, Mário Mamede; e a jornalista Tereza Cruvinel. Vários senadores fizeram perguntas, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, participou por telefone.

Entre os assuntos abordados, o que mais preocupou os partici-



Genálio Magalhães

Participantes de debate transmitido pela TV Senado, ontem à noite: necessidade de combater o poder paralelo do tráfico de drogas

pantes foi o narcotráfico, que, na opinião dos debatedores, já instalou no Brasil um verdadeiro Estado paralelo. Para Tereza Cruvinel, essa é a questão central do debate. "O número de dependentes químicos no Brasil é altíssimo, e não temos uma política antidrogas eficiente. Precisamos criar a consciência de que o usuário é um financiador do narcotráfico", disse. Segundo ela, 70% dos homicídios cometidos no país

têm ligação com a droga. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também registrou sua preocupação. "Nós temos hoje no Brasil uma máfia como a da Itália, uma organização com poder fantástico. O que vamos fazer contra essa máfia?", indagou.

De acordo com Mayerovitch, a situação comentada pelo senador é estereotípica, e "representa uma violação do estado democrático de direito".



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2003

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em segundo turno, da PEC que destina o percentual de 0,5% da arrecadação do IR e do IPI para aplicação pelas instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal; PLS que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária; segunda sessão de discussão, em segundo turno, PEC que assegura gratuidade para o registro e primeira emissão de certidões; parecer sobre a mensagem que submete à deliberação do Senado a escolha de José Leônicio de Andrade Feitosa para diretor da ANS; mensagens submetendo à deliberação do Senado a escolha de nomes para embaixadores do Brasil; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que extingue os terrenos de marinha e sua destinação; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que institui voto facultativo; entre outros.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

1ª Parte

Pauta: turno suplementar de discussão da emenda oferecida ao PLS que autoriza o uso de gás natural ou do GLP como combustível; PLS que dispõe sobre isenção do IPI na aquisição, pelo município, de veículo automotor coletivo destinado ao transporte escolar; PLS que dispõe sobre as operações com recursos de fundos constitucionais; entre outros.

2ª Parte

Exposição dos prefeitos Paulo Roberto Ziulkoski e Marcelo Deda. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS que institui o serviço de radiodifusão comunitária para instituir o serviço de televisão comunitária; PLS que acrescenta parágrafo ao artigo 46 da LDB, acerca da elaboração dos editais dos processos de seleção aos cursos de educação superior; PLS que torna obrigatório o uso do leite de vaca na merenda escolar; PLS que inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria; PLS que adota o tuiúu como ave símbolo do Brasil; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLS que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação; PLS que institui o Aneel; PLS que estabelece cota mensal mínima gratuita de água residencial unifamiliar. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

14h30 — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: apreciação dos relatórios. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

18h — Subcomissão Temporária de Saúde

Pauta: audiência sobre o SUS. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

18h — Subcomissão Permanente de Segurança Pública

Pauta: audiência pública sobre o tráfico e o porte de armas. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE discute hoje Lei de Responsabilidade Fiscal

Representantes de municípios comparecem à comissão para avaliar efeitos da legislação em vigor há três anos sobre as contas das prefeituras. Novas regras para o ISS também serão analisadas pelos senadores

Os efeitos sobre os municípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, que completa três anos de vigência, serão debatidos pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) hoje, a partir das 11h. Participarão do debate o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Roberto Ziulkoski, e o coordenador temático da Frente Nacional de Prefeitos, Marcelo Déda, prefeito de Aracaju (SE).

Ficou acertado na última reunião ordinária da CAE que os senadores poderão aproveitar a audiência pública para colher mais subsídios sobre as regras e os problemas no funcionamento do Imposto Sobre Serviços (ISS), principal tributo municipal.

Na pauta de nove itens de hoje está incluída a análise do parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre projeto do então senador Fernando Henrique Cardoso que altera as atuais normas do ISS, listando os serviços a serem tributados, inclusive os provenientes do exterior ou cuja prestação tenha se iniciado fora do país.

A discussão desse projeto, segundo Jucá, vem sendo adiada de forma a possibilitar acordo com os governos estaduais, para evitar a bitributação de alguns serviços que, pela proposta, estariam excluídos da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) chegou a sugerir que a CAE ouvisse o presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) antes de votar o parecer de Jucá. A proposta poderá ser analisada hoje.

Entre os demais itens da pauta estão propostas que estabelecem estímulo à utilização do gás natural em veículos automotores, multa em operações de importação, criação de fundo de apoio aos serviços de iluminação pública, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os coletivos escolares, regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e melhores condições de financiamento dos fundos constitucionais do Centro-Oeste e do Norte (FCO e FNO) para o Pantanal Mato-Grossense.



Na pauta de nove itens que a CAE aprecia hoje, consta parecer a projeto apresentado pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, modificando as regras de cobrança do ISS

Atores vêm ao Senado falar sobre direitos dos idosos

Os maus-tratos e desqualificações impostos ao casal de idosos formado pelos atores Osvaldo Louzada e Carmem Silva na novela *Mulheres Apaixonadas*, da TV Globo, chamaram a atenção da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), que apresentou requerimento para realização de audiência pública com os atores. A proposta foi

aprovada na Subcomissão do Idoso, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e a audiência está agendada para as 14h de amanhã.

Na novela, casal de idosos mora com o filho, a nora e os netos e é constantemente submetido a maus-tratos e falta de consideração por parte da neta. De acordo



Iris de Araújo, presidente da Subcomissão do Idoso

com a senadora Iris de Araújo, o casal enfrenta na ficção as dificuldades típicas desse segmento da população urbana brasileira. O desempenho dos atores tem feito muito sucesso junto ao público.

Novo debate sobre assistência farmacêutica

A Subcomissão Temporária da Saúde realiza audiência pública hoje, a partir das 18h, para discutir o aprimoramento da assistência farmacêutica oferecida à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Na semana passada, a subcomissão abriu uma série de debates sobre o tema e discutiu com técnicos do setor a importação de matérias-primas e a falta de investimentos na produção e no desenvolvimento de medicamentos.

Foram convidados para a audiência pública o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, José Hermógenes de Souza; o secretário-executivo do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Ricardo Scotti; o representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Beatriz Figueiredo Dobashi; e o presidente da Associação Médica Brasilei-

ra (AMB), Eleuses Vieira de Paiva.

Devem comparecer à reunião, ainda, o presidente da Associação de Laboratórios Multinacionais de Pesquisa (Interfarma), Flávio Vormittag; o secretário de Saúde do estado de Pernambuco, Guilherme Robalinho, que também é presidente do Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (Lafepe); e o promotor de Justiça de Defesa da Saúde do Distrito Federal e Territórios, Jairo Bisol.

Ministros comparecem à CAS na quinta-feira

Os ministros Jaques Wagner, do Trabalho e Emprego, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, participam na quinta-feira de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), destinada a discutir as oportunidades de emprego para jovens e o envolvimento de adolescentes na criminalidade. Também deverá comparecer à reunião,

marcada para as 10h, o jornalista Gilberto Dimenstein, colunista da *Folha de S.Paulo* e autor de livros que tratam do assunto.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), eleita na semana passada presidente da CAS, é a autora do requerimento para realização da audiência pública, que também contou com o endosso do senador Romero

Jucá (PMDB-RR).

Para a senadora, é preciso que o governo e a sociedade ofereçam alternativas para os jovens, muitos dos quais são desempregados. Lúcia Vânia informou, ainda, tomando por base dados oficiais, que 16% dos brasileiros de 16 a 19 anos já consumiram algum tipo de droga, com destaque para a maconha.

Maus-tratos a crianças terão de ser denunciados

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou projeto determinando que professores, médicos, enfermeiros e policiais sejam



Lúcia Vânia: violência contra as crianças é assustadora

obrigados a comunicar ao conselho tutelar da cidade os casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos a crianças ou adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente fala genericamente dessas comunicações e a senadora decidiu incluir na lei as pessoas que têm essa responsabilidade.

Também se incluem na lista dos que devem comunicar diretamente ao conselho tutelar casos de maus-tratos as pessoas encarregadas da guarda de crianças e adolescentes. Esse conselho, criado com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, é um órgão permanente e autônomo, composto por pessoas de reconhecida idoneidade moral, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes.

Ainda conforme o projeto da senadora Lúcia Vânia, caracterizam-se como maus-tratos as agressões físicas, psicológicas e sexuais, a crueldade mental, a negligência, o abandono, a privação de alimentos, o abuso sexual, a tortura e o rapto de crianças ou adolescentes. Ainda de acordo com a proposta, o conselho tutelar recebe a incumbência de implantar, operar e manter um sistema de informação para acompanhar os casos de maus-tratos.

Ao justificar o projeto, Lúcia Vânia informa que os números da violência contra crianças e adolescentes no país são assustadores: cerca de 500 mil agressões por ano, uma agressão por minuto.

Levantamentos dos pelos conselhos tutelares do Rio, São Paulo, Niterói (RJ) e Campinas (SP), disse, identificam a negligência como a forma mais comum de violência contra a criança, seguida dos maus-tratos físicos e psicológicos e do abuso sexual.

Plenário vota recursos para ensino superior na Amazônia

Proposta de emenda à Constituição assegura verbas para instituições da região aplicarem em atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável

O Senado deve votar hoje, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que destina 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aplicação, pelas instituições federais de ensino superior na Amazônia Legal, em programas de ensino, pesquisa e extensão voltados à promoção do desenvolvimento sustentável.

Na mesma sessão, deverá ser votado projeto de lei do então senador Ademir Andrade pelo qual ficam excluídos do valor da indenização, na desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária, o pagamento de juros compensatórios e a vegetação que ocupa o imóvel. Outros projetos que poderão ser votados são o que trata da promoção, proteção, defesa e uso da língua portuguesa, em turno suplementar, e o que trata da divulgação, pela Internet, dos dados e informações relativos a licitações feitas pelos três Poderes em todos os níveis da administração pública.

Ainda hoje, os senadores deverão votar as indicações de José Leônicio de Andrade Feitosa para



Plenário também deve iniciar hoje a discussão de proposta de emenda constitucional que torna o voto facultativo

o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e dos diplomatas José Augusto Lindgren Alves, César de Faria Domingues Moreira, Renan Leite Paes Barreto e Valdemar Carneiro Leão Neto para cargos de embaixador na Macedônia, Islândia, Guatemala e Canadá, respectivamente.

Outra matéria em pauta é o requerimento do senador Alvaro Dias (PDT-PR) que solicita ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a remessa ao Senado do relatório final do Banco Central sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e conseqüente privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado).

VOTO FACULTATIVO

O Plenário também deve iniciar hoje a discussão de PEC que torna o voto facultativo. A proposição será votada em primeiro turno após ser discutida durante cinco sessões, e em segundo turno durante três sessões.

Amanhã, o Plenário deverá votar indicações de Antonio Cezar Peluso, Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto e Joaquim Benedito Barbosa Gomes para exercerem o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Na mesma sessão, poderá ser votada PEC de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê a gratuidade do registro e da primeira emissão das certidões de nascimento, de casamento e de óbito.

Objetivo é aumentar qualidade, explica Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição de sua autoria, incluída na ordem do dia de hoje, que destina 0,5% da arrecadação reservada à União do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para as universidades federais da Amazônia Legal (todos os estados da Região Norte e mais o Maranhão e o Mato Grosso).

A PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em primeiro turno, pelo Plenário. Se a aprovação for ratificada em segundo turno, a proposta será encaminhada para apreciação da Câmara. Mozarildo destacou que o objetivo é diminuir a distância na qualidade das universidades da



Mozarildo Cavalcanti pede que Plenário aprove sua proposta

Amazônia Legal em relação às demais regiões.

— Faço um apelo aos senadores de todas as regiões para que tenhamos pelo menos a mesma votação ocorrida no primeiro turno, quando a PEC foi aprovada por 55

votos a favor e 2 contrários, sendo que um desses votos contra foi dado por engano pelo senador Pedro Simon, que já tinha se posicionado favorável à matéria na CCJ — lembrou.

Mozarildo também pediu aos senadores do Nordeste e do Centro-Oeste, que estariam se mobilizando para tentar incluir essas duas regiões como beneficiárias da PEC, que votem a favor da proposta e tentem

modificar o texto na Câmara ou apresentem proposição semelhante no Senado. Explicou que, como a votação ocorrerá em segundo turno, não cabe mais a apresentação de emendas.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) falou das dificuldades que a Universidade Federal do Piauí enfrenta, como a falta de recursos para o custeio do Hospital Universitário de Teresina. “Já fiz todas as solicitações possíveis para garantir o custeio mensal de R\$ 60 mil, e até agora nada”, lamentou.

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) concordou que todas as universidades federais têm dificuldades, mas ressaltou que o Norte e o Nordeste são as regiões que mais enfrentam problemas. Já o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse que a bancada nordestina apoiará a PEC. “A luta do Norte tem que ser a luta do Nordeste”, frisou.

Papaléo pede atenção do Basa para o Amapá

Dizendo-se esperançoso com as novas diretrizes do Banco da Amazônia (Basa), o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) fez ontem relato sobre os planos anunciados pelo novo presidente da instituição, Mâncio Cordeiro, e pediu mais atenção para o Amapá. O senador informou que o Basa tem apenas uma agência no estado, o que, segundo ele, é pouco para as necessidades de desenvolvimento do Amapá.

— Desejaria ver estudos da direção do banco para melhorar o acesso dos meus co-estaduanos aos recursos e serviços do Basa.

Papaléo observou que o Basa não pretende se restringir às fontes tradicionais de recursos, buscando novas alternativas, como os Fundos Éticos, dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e dos bancos multilaterais.

O senador recordou que, ao tomar posse, o novo presidente do Basa frisou que “o modelo de desenvolvimento mais promissor para a Amazônia deve privilegiar a floresta, o rio, a biodiversidade, a cultura e o conhecimento milenar da população”. Assim, o papel do banco deve viabilizar o de-



Papaléo Paes se diz esperançoso com diretrizes do Banco da Amazônia

envolvimento econômico regional, conciliado com a promoção social e a conservação ambiental.

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que o Basa “deixa a desejar” quando se trata das diferenças inter-regionais. Segundo ele, o banco tem priorizado investimentos nos maiores estados da Amazônia, ignorando os menores.

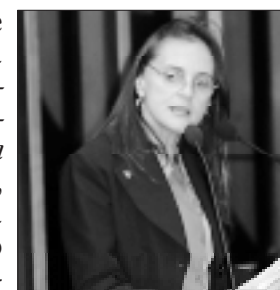
O senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou o trabalho desenvolvido pelos bancos de desenvolvimento, como o Basa, e disse que o Banco do Nordeste é mais importante para o Piauí do que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e o Banco Mundial.

Serys quer Senado na luta pela soberania amazônica

Ao ler capítulo que trata da ocupação da Amazônia, do livro *Vidas Roubadas — a Escravidão Moderna na Amazônia Brasileira*, escrito pela jornalista inglesa radicada no Brasil Binka Le Breton, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou ontem que a soberania e a integridade do território amazônico dependem dos povos que lá vivem, das Forças Armadas e de instituições como o Banco da Amazônia.

Na avaliação da senadora, somente com a execução de um projeto de desenvolvimento sustentável o Brasil conseguirá garantir a integridade da região. Ela propôs que o Senado participe ativamente da luta pela defesa da soberania da Amazônia, e disse que, se o país não atentar para o problema, poderá perder a água, as riquezas minerais e o potencial medicamentoso da floresta.

De acordo com o trecho do livro lido por Serys, o crime organizado



Serys Slhessarenko leu trechos do livro sobre a situação da Amazônia

hoje se estende pela Amazônia por meio do comércio de armas, do tráfico de drogas, da grilagem de terras e de assassinatos praticados por pistoleiros. O crime, ainda segundo *Vidas Roubadas*, envolve promotores públicos, juízes, delegados de polícia, pre-

feitos, deputados, senadores, latifundiários e empresários.

A jornalista Binka Le Breton também denuncia que milhares de homens trabalham na região amazônica em troca de comida e são descartados quando deixam de ter utilidade. Diz a jornalista que esses trabalhadores são mantidos aprisionados pelo isolamento, ameaçados por pistoleiros e presos por sua dívida.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) propôs que o governo brasileiro volte a pensar na possibilidade de aumentar o número de estados da Federação.

Projeto impede presídio federal no DF

Proposta de Paulo Octávio estabelecendo condições para construção de cadeias de segurança máxima deve ser examinada amanhã. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem pauta com 31 itens

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) têm uma extensa pauta de proposições – com 31 itens – a examinar na reunião marcada para as 10h de amanhã, já que o colegiado ficou impedido de apreciar matérias terminativas durante a última semana em que as deliberações do Plenário estiveram obstruídas. Um dos projetos, que tramita em caráter terminativo na comissão, trata da instalação de presídios federais de segurança máxima no país.

O projeto é do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que já manifestou sua posição contrária à construção desse tipo de penitenciária na capital do país, pelo fato de Brasília abrigar os Poderes da República e as representações diplomáticas. Em sua proposta, ele especifica as condições em que os presídios de segurança máxima poderão ser instalados. O relator, Demostenes Torres (PFL-GO),



Paulo Octávio lembra que Brasília abriga os Poderes da República e as embaixadas

aprovou a idéia oferecendo substitutivo.

Ainda sobre matéria penal, a CCJ vai avaliar dois projetos que tratam da Justiça Militar. Um de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que concede à Justiça comum competência para processar e julgar crimes de tortura praticados por militares – incumbência hoje restrita ao tribunal militar –, e

outro, do então senador Arlindo Porto, que altera o Código de Processo Penal Militar. O relator, Marcelo Crivella (PL-RJ), apresentou substitutivo ao segundo projeto, rejeitando o primeiro.

Três outras proposições modificam regras do Código de Trânsito Brasileiro. Uma delas permite que o condutor ou proprietário de veículo coletivo possa interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico. O relator, Jefferson Péres (PDT-AM), ofereceu relatório favorável com substitutivo. Também Sibá Machado (PT-AC) apresentou voto em separado favorável, com substitutivo.

No total, a CCJ terá que votar sete matérias terminativas, sete propostas de emenda à Constituição (PECs), dez projetos da Câmara e sete outras proposições diversas. O primeiro item dos trabalhos é o projeto que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

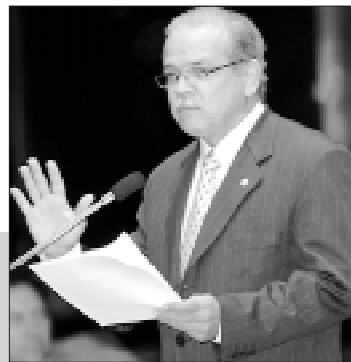
Subcomissão de Segurança debate o tráfico de armas

Está marcada para as 18h de hoje a reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Segurança, vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), destinada a debater o tema Tráfico e Porte de Armas. A audiência pública vai contar com a participação de quatro autoridades no assunto, entre elas dois representantes de ministérios do governo federal.

Um dos convidados é o general José Rosalvo Leitão de Almei-

da, do Departamento de Produtos Controlados, do Ministério da Defesa. Também deverá participar do encontro a coordenadora Alzira Quaresma, da Coordenação Nacional de Armas – órgão integrado ao Sistema Nacional de Controle de Armas do Ministério da Justiça.

Além deles, a audiência terá a presença de dois representantes da sociedade organizada: o diretor-executivo do Instituto Sou da Paz, Denis Mizne, e o ex-senador



César Borges é relator do tema que motivou audiência de hoje na subcomissão

Irapuan Costa Júnior. O senador César Borges (PFL-BA) é o relator desse tema no âmbito da subcomissão.

Poder de investigação da PF pode ser ampliado

Nos crimes de repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme, a Polícia Federal (PF) poderá passar a realizar, obrigatoriamente, a investigação das infrações penais praticadas. A proposta é do senador Romeu Tuma (PFL-SP) e será examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo Tuma, essa iniciativa legislativa decorreu de decisão da comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que investigou, em todo o país, o crescimento do roubo de cargas transportadas



Tuma quer PF atuando em crimes de repercussão interestadual que exijam repressão uniforme

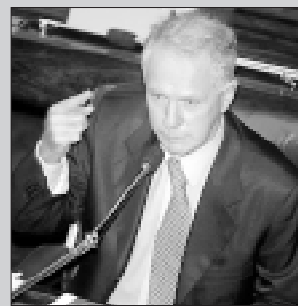
por via rodoviária, ferroviária e aquaviária. Ex-presidente do colegiado, que funcionou entre 2000 e 2002, o senador decidiu

encampar a proposta, que substitui, na lei relativa a delitos dessa natureza, a expressão “poderá” por “cabará” na definição da atribuição investigativa delegada à Polícia Federal.

A exigência desse trabalho não dispensará a responsabilidade dos órgãos de segurança pública das unidades federadas na execução de processo investigativo, segundo o projeto. Entre os crimes previstos estão o de seqüestro, cárcere privado e extorsão mediante seqüestro; formação de cartel; violação de direitos humanos; furto, roubo ou receptação de cargas.

Camata sugere restrições à venda de bebidas alcoólicas

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto alterando o Código Penal para proibir a venda de bebidas alcoólicas a menores de 21 anos e a quem manifestar embriaguez. A proposta também proíbe a venda de bebidas a pessoas que sofram



Gerson Camata: lei atual não consegue evitar venda de bebidas a menores

de problemas mentais ou estejam impedidas de frequentar locais em que se consome bebida alcoólica. O projeto tem caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, se aprovado, seguirá ao exame da Câmara, salvo se pelo menos nove senadores requererem deliberação em Plenário.

Segundo a proposta, o não cumprimento das restrições à venda de bebidas alcoólicas estará sujeito à multa e detenção de seis meses a dois anos. A mesma pena deverá ser aplicada a quem vender bebidas sem ostentar avi-

so sobre os efeitos nocivos do álcool à saúde.

Camata determina uma mudança na lei que restringe o uso e a propaganda de bebidas alcoólicas, de forma a obrigar a impressão da seguinte mensagem nos rótulos das

embalagens desses produtos: “Evite o consumo excessivo de álcool. O álcool pode causar danos irreversíveis a fetos e crianças”. Pela legislação vigente, apenas a primeira frase é obrigatória.

Para o senador, é preciso alterar a legislação porque a lei em vigor não consegue impedir a venda de bebidas alcoólicas às pessoas mais facilmente atingidas pelos males causados pelo álcool, como os menores de idade e os alcoólicos. A obrigatoriedade de alertas em relação ao álcool também deverá gerar efeitos positivos como ocorreu com os cigarros.

Crivella defende maior proteção para “motoboys”

Motivado pelas estatísticas de acidentes fatais envolvendo motocicletas nas vias públicas brasileiras, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto de lei que obriga as empresas que empregam *motoboys* a fornecer-lhes equipamento de proteção individual adequado ao risco, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra acidentes e danos à saúde dos empregados.

O projeto enquadra, no artigo da Consolidação das Leis do Trabalho que obriga o empregador a fornecer esses equipamentos, os veículos motorizados, motocicletas, motonetas e ciclomotores, próprios da empresa ou cedidos pelo empregado, desde que utilizados para a execução de serviços externos no trânsito das vias públicas.

O mesmo projeto exige que os

modelos de equipamentos e das roupas de proteção corporal, inclusive bagageiros e acessórios, deverão obedecer às normas legais e só poderão ser utilizados com a aprovação do Ministério do Trabalho.

Citando relatório do Corpo de Bombeiros de São Paulo, o senador disse que, nos últimos cinco anos, foram registradas 1.060 mortes na região metropolitana e nos municípios do interior desse estado, constatando-se também uma média de 200 acidentes fatais por ano. Em sua opinião, é inegável que essa categoria de trabalhadores procede de modo imprudente.

– Tamanha é a gravidade do problema, essa série interminável de acidentes que têm ceifado tantas vidas, principalmente de jovens, que entendo tornar-se necessária uma norma legal específica.

Senado tem venda recorde na Bienal do Rio

Foram vendidos 4.680 volumes de obras do Conselho Editorial e da Subsecretaria de Edições Técnicas da Casa. A “Coleção das Constituições Brasileiras”, em oito volumes com textos comentados, foi a publicação mais procurada

As vendas do estande do Senado bateram todos os recordes na 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro: 4.680 volumes de obras do Conselho Editorial da Casa e da Subsecretaria de Edições Técnicas foram comprados pelo público que lotou os pavilhões do Riocentro.

A organização da bienal, promovida pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), calcula que foram comercializados cerca de 1,6 milhão de livros, 40% a mais que em 2001. O faturamento total do evento também aumentou em 71%, em comparação com a última Bienal do Rio.

O estande do Senado confirma esses números: muitos dos títulos

esgotaram-se, apesar do reforço de estoque realizado durante o evento. As vendas registradas praticamente dobraram em relação às bienais internacionais de que o Senado já participou.

– Diante do volume de vendas, solicitamos um reforço de estoque de mais 1.770 livros, cerca de um terço de nossa previsão inicial. Ainda assim, não deu para quem quis. Esse fato também demonstra o grande interesse pelas obras que o Senado vem editando – afirma Arnóbio Santos Neto, da Subsecretaria de Edições Técnicas (Ssetec), responsável pela comercialização das publicações do Senado na Comissão Especial de Feiras de Livros.

A publicação mais vendida foi a *Coleção das Constituições Brasileiras* em oito volumes, que traz todos os textos constitucionais comentados por juristas como Aliomar Baleeiro e Caio Tácito, desde o Império. Arnóbio registra que 200 coleções (ou 1,6 mil volumes) foram vendidas.

MEMÓRIA DO RIO

Entre os títulos do Conselho Editorial, aqueles que tratam do Rio de Janeiro tiveram vendas expressivas. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo* (R\$ 25) e *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis* (R\$ 20), de Luís Edmundo, venderam, respectivamente, 93 e 65 exemplares. Edmundo é considerado o maior memorialista da ci-



Estande do Senado também expôs documentos sobre o Palácio Monroe

dade e os livros tiveram grande divulgação pela imprensa.

Entre as edições técnicas, a

Constituição atualizada até a última emenda constitucional (R\$ 7) manteve a liderança nas vendas, com 279 exemplares comercializados. O *Novo Código Civil* (R\$ 10), que entrou em vigor em janeiro último, atingiu 235 exemplares vendidos.

O estande do Senado também vendeu grande número de CD-ROMs com diferentes textos legais. O mais procurado foi o que reúne a Constituição de 1988 atualizada e o *Novo Código Civil*, com 161 exemplares vendidos.

Outro destaque da participação do Senado na bienal foi a exposição com documentos do Arquivo da Casa e sobre o Palácio Monroe, sede do Senado na República.

Crivella lança livro sobre projeto no Nordeste

No último sábado, dia de maior movimento da 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) lançou, no estande do Senado, o livro *Um Sonho que se Tornou Realidade*, sobre trabalho assistencial desenvolvido por ele no Nordeste. A noite de autógrafos do senador teve a presença de mais de 1,5 mil pessoas, segundo estimativas de sua assessoria.

Por meio do projeto, Crivella afirma que é possível mudar a realidade no sertão e acabar com a miséria naquela região. Na Fazenda Nova Canaã, em Irecê (BA), narra o senador, famílias recebem atenção especial há dois anos. No local, crianças freqüentam a escola, recebem material escolar, uniforme e alimentação completa. Crivella informa ainda que um sistema de abastecimento de água



Em noite de autógrafos, no último sábado, Marcelo Crivella recebeu cerca de 1,5 mil pessoas no estande do Senado

foi montado por meio de poços artesanais.

– A fazenda está criando um exemplo para que o pequeno produtor local se torne produtivo e participante de projetos sociais

para o benefício da coletividade – afirma o senador.

O livro foi impresso na Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), especialmente para a Bienal do Livro.

Nove senadores participaram de atividades no estande da Casa

Além dos três senadores pelo Rio de Janeiro, que lançaram livros no estande do Senado, outros seis senadores visitaram a 11ª Bienal Internacional do Livro. O 1º secretário da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), participou da solenidade de abertura da bienal, ao lado dos ministros da Cultura, Gilberto Gil, e da Educação, Cristovam Buarque, e da governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus.

Em outra ocasião, ao lado da senadora Heloísa Helena (PT-AL), Tuma entregou publicações em braile a quatro instituições de deficientes visuais. José Jorge (PFL-PE), o senador licenciado Cristovam Buarque, e o ex-senador e governador do Ceará, Lúcio Alcântara, integraram a lista de visi-

tantes do estande, entre outras personalidades do meio artístico e acadêmico. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também esteve na bienal, onde autografou suas publicações sobre a adoção do programa de renda mínima para a população brasileira.

Alcântara foi presidente do Conselho Editorial da Casa desde a criação do órgão até o final do ano passado. Atualmente, o presidente do Senado, José Sarney, preside o Conselho Editorial, responsável pela publicação de obras de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Afonso Arinos, Euclides da Cunha, entre outros.

Os senadores Sérgio Cabral (PMDB), Roberto Saturnino (PT) e Marcelo Crivella (PL) promoveram concorridas noites de autógrafos.

Comissão pode mudar regra para financiamento de curso universitário



Mercadante propõe alternativa em caso de desemprego

Em caso de desemprego, a amortização de saldo devedor junto ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies) poderá vir a ser substituída pela prestação de serviços à comunidade na área de formação acadêmica do financiado. É o que prevê projeto de lei de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) a ser examinado hoje pela Comissão de Educação (CE).

Além da alternativa aberta para

os que estiverem sem emprego, a proposta inclui ainda o cancelamento do débito em caso de invalidez permanente do estudante. O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), é favorável ao projeto e apresentou emendas ao texto original, além de ter recomendado o exame da proposta pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria será votada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Também serão debatidos na CE projetos que alteram regulamentações de radiodifusão comunitária e do serviço de televisão a cabo. Uma das proposições, apresentada pelo ex-senador Paulo Hartung, cria o serviço de televisão comunitária. Com parecer favorável do relator, Almeida Lima (PDT-SE), o projeto estabelece anistia às entidades que atuam irregularmente na área. Outra proposta, proveniente da Câmara, com substi-

tutivo do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), permite o uso compartilhado do canal universitário das televisões a cabo.

Ainda estarão em pauta pareceres favoráveis a projeto de Hélio Costa (PMDB-MG) que torna obrigatório o uso do leite de vaca na merenda escolar, e a projeto de Aelton Freitas (PL-MG) que inscreve o nome de Santos Dumont no *Livro dos Heróis da Pátria*.



Roosevelt Pinheiro

Mão Santa destacou benefícios obtidos pelo Piauí com atração de empresas por meio de incentivos

Mão Santa defende a guerra fiscal

A reforma tributária não pode impor restrições à concessão de benefícios fiscais pelos estados para a atração de indústrias, a chamada guerra fiscal. A opinião foi manifestada ontem, da tribuna, pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), ao registrar ter recebido, junto com o senador Alberto Silva (PMDB-PI), condecoração da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (Fiepi).

Mão Santa relatou os benefícios trazidos ao seu estado pela instalação de empresas com base em incentivos fiscais. Segundo ele, desde 1995, quando teve início a sua gestão à frente do governo do Piauí, 249 empresas se instalaram ou ampliaram suas instalações no Piauí. O senador acrescentou que com os incentivos fiscais foram gerados 14.972 empregos diretos e 57.360 indiretos.

– O significado da guerra fiscal é de uma guerra santa para os estados do Nordeste e do Norte. Só assim foi possível a implantação das indústrias no nosso governo. Se acabar, será um desastre para essas regiões – disse.

O senador aproveitou para criticar a política de juros implementada pelo governo, que, segundo ele, inviabiliza os investimentos e a geração de empregos.

– Não sei como os empresários sobrevivem. Somente por milagre, por obstinação. Além da carga de impostos, das mais perversas, há a taxa de juros, dez vezes maior que a praticada na Europa, 15 vezes maior que a dos Estados Unidos e 18 vezes maior, comparada com a do Japão.

Distribuidora poderá ser impedida de cobrar taxa mínima de energia

Proposta de Osmar Dias proíbe cobrança pela disponibilidade do serviço e determina que usuários só deverão pagar pela quantidade de eletricidade efetivamente consumida

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina amanhã, a partir das 14h, três projetos de lei, entre eles o de iniciativa do senador Osmar Dias (PDT-PR) que proíbe a cobrança de taxa mínima de energia dos consumidores residenciais. A matéria tem parecer favorável do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) e modifica a lei que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

De acordo com o projeto, já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), fica vedada a cobrança do custo de disponibilidade, e os consumidores residenciais pagarão apenas pela energia efetivamente consumida. Inspirado em iniciativa adotada pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica no racionamento, em 2001, a proposta, de acordo com o relator, está em consonância com o objetivo de conscientizar o usuário quanto à necessidade de evitar o desperdício.

Outro item da pauta é a proposta que estabelece o direito a



Geraldo Magela

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura votará também projeto que garante cota mínima gratuita de água

cota mensal mínima gratuita de água para o consumo residencial imune a cortes de fornecimento. De autoria do então senador Paulo Hartung e com substitutivo favorável do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), a proposta estabelece tarifas progressivas para subsidiar o atendimento a pessoas que consumam menos.

De acordo com o projeto, caberá ao Ministério da Saúde determinar a cota mínima por família.

O colegiado também deve analisar projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que altera o Plano Nacional de Viação para incluir ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no Espírito Santo. O relator, senador José Mara-

nhão (PMDB-PB), destaca que a obra vai facilitar o transporte da produção do interior do estado. A decisão sobre a matéria será terminativa: se aprovada, seguirá à análise da Câmara dos Deputados, a não ser que haja pedido de pelo menos nove senadores para que ela seja submetida ao Plenário.

Duciomar: conclusão da BR-163 vai ajudar a Zona Franca

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) elogiou ontem a iniciativa que gerou a parceria entre os governos federal, estadual e empresas privadas em torno da pavimentação da BR-163 no trecho entre a divisa de Mato Grosso até Itaituba, no Pará.

Além de reduzir em cinco dias o tempo de viagem para os produtos da Zona Franca de Manaus alcançarem os centros consumidores como São Paulo, Minas Gerais e outros estados, o novo itinerário, disse o senador, significará uma redução de aproximadamente 900 quilômetros para o transporte de grãos, especialmente da soja, porque o escoamento marítimo passará a ser feito através do Porto de Santarém (PA).

Em apartes, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) destacaram a importância da conclusão da BR-163.



Roosevelt Pinheiro

Viagem será reduzida em 900 quilômetros, afirma Duciomar Costa

Metas e realizações da Abrati são destacadas por Jucá

Ao registrar a publicação do relatório das atividades de 2002 e do programa para 2003 da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros (Abrati), o senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou que um dos objetivos da entidade para este ano é conseguir, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a revisão da legislação do setor.

Segundo o parlamentar, a Abrati vai defender a edição de um novo regulamento e de uma nova planilha tarifária e a disponibilização de maiores recursos para a fiscalização, análise e decisão dos seus pleitos. Outras metas da entidade são a melhoria dos terminais rodoviários de passageiros, isonomia no tratamento fiscal e pesquisa sobre o nível de satisfação dos usuários.

Entre as atividades da associação no ano passado, Romero Jucá ressaltou a prorrogação dos contratos de permissão; a atualização dos coeficientes tarifários; a defesa dos interesses de suas integrantes perante a Justiça Federal; o acompanhamento, no Congresso, de vários projetos de interesse da categoria; e a participação em reuniões internacionais.

Aelton quer rodovia para ligar portos fluviais em Minas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vai votar projeto de lei de autoria do senador Aelton Freitas (PL-MG) que autoriza a construção de rodovia federal ligando o Triângulo Mineiro às Regiões Centro-Oeste e Sul do país. De acordo com o senador, a obra é fundamental para o escoamento da produção do chamado Pontal do Triângulo Mineiro, ligando os portos fluviais de Água Vermelha, no Rio Grande, e São Simão, no Rio Paranaíba.

– Reduziria a distância entre São Paulo e o sul de Goiás, além de aliviar o fluxo de veículos das rodovias BR-356 e BR-153, em Minas Gerais. A rodovia irá alavancar o desenvolvimento econômico dessa importante região.

Se aprovado na CI, que examinará a matéria em decisão terminativa, o projeto irá diretamente à Câmara, a não ser que haja recurso para sua votação no Plenário do Senado.



Roosevelt Pinheiro

Aelton Freitas: obra é fundamental para o Pontal do Triângulo

Osmar Dias quer regulamentar transgênicos

Para o senador, aprovação da medida provisória que autoriza venda da soja transgênica produzida no Rio Grande do Sul derruba argumentos contrários ao plantio e à comercialização de alimentos geneticamente modificados

Com a aprovação da medida provisória (MP) que autoriza a comercialização da soja transgênica produzida no Rio Grande do Sul, o senador Osmar Dias (PDT-PR) disse ontem que se abriu “um novo cenário” para o debate sobre os alimentos geneticamente modificados no país. E anunciou que, se o governo não enviar ao Congresso, em 30 dias, projeto fixando critérios para a safra do segundo semestre, vai elaborar proposta estabelecendo um tratamento “técnico, e não ideológico” para a produção nacional de alimentos

com alterações genéticas.

Segundo advertiu, a tese defendida por setores do governo e da sociedade de que não é possível plantar e comercializar transgênicos por se desconhecem os danos causados à saúde “cai por água abaixo” com a liberação dessa venda. Osmar Dias reivindicou a edição de uma lei específica para regulamentação da prática, observando que, enquanto os pesquisadores continuam impedidos de realizar experimentos, corre solto o contrabando de sementes geneticamente modificadas, uma

fonte de problemas fitossanitários para a agricultura brasileira.

— Os cientistas estão fazendo um abaixo-assinado para que se faça uma lei que lhes permita trabalhar — informou.

O senador considerou “temerária” a decisão do Ministério da Ciência e Tecnologia de transformar a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio) de instância decisória em consultiva. Osmar Dias destacou a contradição entre países da União Européia, que criticam esse tipo de cultivo, mas não deixam de inves-

tir em pesquisa e importar sementes geneticamente modificadas.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) manifestou sua preocupação de que “a discussão ideológica colabore para o país ficar no atraso”. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) observou que nada se provou, até hoje, sobre danos causados à saúde animal e à agricultura, pelo uso de produtos transgênicos. O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) lembrou a cautela da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, com a matéria.



Osmar Dias propõe tratamento “técnico e não ideológico” para produção de transgênicos

Roosevelt Pinheiro

Pavan cobra apoio aos produtores de alho

Para esclarecer por que os produtores brasileiros de alho estão sendo obrigados a jogar fora suas safras devido à concorrência do alho importado da China e da Argentina, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) anunciou que vai requerer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)



Pavan pede audiência com ministro da Agricultura

De acordo com Pavan, a crise na produção nacional de alho tem provocado desemprego e êxodo rural, particularmente no Sul do país, em que houve uma redução de 50% na área plantada para a próxima safra do produto. Cerca de 20 mil empregos serão

extintos, informou.

Desde março, conforme Pavan, os produtores de alho previam problemas na comercialização da safra por causa do excesso de importação da China, e foram so-

licitadas ao ministro da Agricultura medidas de proteção para a produção brasileira e garantia de comercialização, mesmo que a preços mais baixos.

Frente à crise iminente, capitaneados pela Associação Nacional dos Produtores de Alho (Anapa), os agricultores fizeram gestões junto ao governo, mas nada de concreto aconteceu, relatou o senador. Mesmo com a perspectiva de uma safra de 10 mil toneladas de alho, as importações continuaram. Além disso, o governo teria se omitido em fiscalizar o alho importado da Argentina, que, segundo os produtores, seria inferior ao produto brasileiro.

Jucá destaca tratado para reduzir consumo de tabaco

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) registrou o encerramento, em Genebra, na Suíça, do encontro que resultou no 1º Tratado de Redução do Consumo de Tabaco, assinado por 190 países, e que teve a presidência do diplomata brasileiro Luís Felipe Seixas Corrêa. Os



Jucá elogiou postura assumida pelo governo brasileiro

países participantes usaram o modelo de legislação antitabaco do Brasil, e o acordo teve a adesão dos Estados Unidos.

— O tratado não muda imediatamente o quadro, mas é a espe-

rança de que a indústria do fumo será banida do mundo brevemente — defendeu Jucá. Ele informou que, apesar de ter criticado a liberação da propaganda de cigarro no Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1, desta vez elogiava a postura do governo

no encontro em Genebra, com a presença de Humberto Costa. O ministro da Saúde prometeu que o Brasil aumentaria impostos para as fábricas de cigarro e cobraria uma ação social efetiva.

Roosevelt Pinheiro

País deve investir em tecnologia, diz Tourinho

Compartilhando opinião com o físico, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diretor-geral da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), Roberto Nicolosky, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu maiores investimentos por parte da iniciativa privada em ciência e tecnologia, como forma de dinamizar o crescimento econômico do Brasil.

Em artigo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, citado pelo senador, o professor Nicolosky afirmou que é hora de induzir a indústria nacional a fazer pesquisa e desenvolvimento, garantindo acesso direto aos recursos dos fundos setoriais.

Tourinho lembrou registro que fez no Senado sobre a inaugura-

ção do LabOceano, na UFRJ, o mais profundo tanque oceânico do mundo, construído com recursos (mais de 90% do total investido) do Fundo Setorial do Petróleo. Citando o autor do artigo, o senador disse que, com empresas que eram ou ainda são estatais, como a Petrobras, a

Embraer e a CSN, o incentivo por parte do poder público em pesquisa e desenvolvimento ocorreu, mas quando se trata de empresas não-estatais, existe um preconceito com relação às parcerias.

— Outro preconceito descrito pelo autor é com relação à tecnologia, que é vista como tema de



Rodolpho Tourinho defende uma ação indutora do Estado

universidades. De fato, é conhecimento e assunto de produtores — disse o senador.

O papel da universidade, afirmou Tourinho, é a formação de recursos humanos para fazer pesquisa nas empresas. Ele lembrou que nenhum país de industrialização tardia alcançou autonomia tecnológica sem forte atuação indutora do Estado.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) concordou com Tourinho e defendeu prioridade absoluta aos investimentos em ciência e tecnologia com recursos dos fundos setoriais.

Roosevelt Pinheiro

Sibá propõe mudar gestão dos fundos constitucionais

O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou projeto de lei que cria conselhos deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), a fim de preencher o vácuo administrativo criado com a



Sibá Machado sugere criação de conselho deliberativo

extinção das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

Sibá Machado sugere que esses conselhos façam parte da estrutura do Ministério da Integração

Nacional e que na sua regulamentação pelo Poder Executivo seja prevista composição democrática, inclusive com a escolha de representantes da região, e funcionamento participativo.

O projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se for aprovado em decisão terminativa, será enviado diretamente à Câmara dos Deputados, sem votação em Plenário, a menos que haja requerimento assinado por 10% dos senadores.

Jane de Araújo

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Rodolpho Tourinho e Eurípedes Camargo e pela senadora Serys Slhessarenko